

Falta de compromisso e de direitos

HAMID ELKAM

KAMAL LAHBIB



A crise persistente, o endividamento excessivo, a falta de compromisso do governo com os setores sociais de base, a indefensável feminização da pobreza e a violação diária dos direitos humanos são o resultado de duas décadas de aplicação das diretrizes das instituições financeiras internacionais.

Em termos de saúde, os indicadores oficiais mostram uma melhoria da situação da população. O crescimento do número de centros de assistência básica à saúde reduziu a sua cobertura de 13.208 pessoas, por centro em 1999, para 12.662 em 2000.

Porém, essas estatísticas escondem a terrível realidade das disparidades entre zonas e setores sociais. Em Casablanca, um bairro residencial, há um/a médico/a para cada 275 pessoas, enquanto que um bairro popular dispõe de um/a médico/a para cada 16.660 pessoas.¹ Assim, mais de 44% dos/as profissionais de Medicina estão concentrados em somente duas cidades: Rabat e Casablanca.

Nove em cada dez marroquinos/as não dispõem de nenhuma cobertura médica ou social. A mortalidade infantil é superior a 22%, com uma taxa bruta de mortalidade que supera 6,5%. Os números oficiais registram 230 casos de mortalidade materna para cada 100 mil pessoas nascidas vivas, e há um ginecologista para cada 15 mil mulheres.

A taxa oficial de escolaridade das crianças na faixa etária de 6 a 11 anos atingiu 85% em 2000-2001, comparada a 80% em 1999-2000. Essa melhoria foi especialmente significativa no meio rural, onde a taxa de escolaridade passou de 69,4% para 76,7%.

No que diz respeito à escolaridade das meninas, o número de inscritas na escola primária aumentou 6,6% em 2000-2001, com relação ao ano anterior. Este aumento favoreceu sobretudo as zonas rurais, onde o número de meninas escolarizadas subiu 10,3%. No contexto da educação informal, é preciso também assinalar que com somente 744 animadores as associações puderam receber 34.550 crianças entre 8 e 16 anos durante o ano 2000.

No entanto, de acordo com o informe nacional sobre a situação da infância no Marrocos (maio de 2000), 2,2 milhões de crianças na faixa etária de 8 a 16 anos encontram-se excluídas da escola. Desse total, 237 mil vivem na rua e 550.693 trabalham

em condições desumanas. De acordo com pesquisa recente do Ministério do Planejamento, somente em Casablanca estão registradas mais de 28 mil trabalhadoras, com menos de 18 anos.

Sessenta e sete por cento da população feminina é analfabeta e 90% dessa população se encontra nas zonas rurais. No início deste terceiro milênio, de cada dez mulheres do campo, nove não sabem ler nem escrever.

Muita segurança, pouca educação

Os gastos do orçamento geral para o ano 2002, que totalizam US\$ 12,242 bilhões, estão distribuídos da seguinte maneira: US\$ 6,5 bilhões em despesas operacionais; US\$ 1,7 bilhão em gastos com investimentos; e US\$ 4,025 bilhões em gastos com a dívida amortizável e a dívida flutuante.

Os gastos com pessoal alcançaram US\$ 4,4 bilhões, aproximadamente 68% das despesas operacionais. Nesta massa significativa de gastos com pessoal, é grande o número de altos funcionários/as que acumulam cargos e, portanto, recebem remunerações múltiplas – contrariando a lei vigente que proíbe a acumulação de funções. Existe uma enorme defasagem entre os pequenos salários de funcionários/as de baixo escalão (inferiores ao salário mínimo interprofissional garantido na França) e os salários exorbitantes recebidos pelos altos funcionários/as do governo.

O montante dos gastos com investimentos é insignificante e traduz uma retração do Estado em sua participação no desenvolvimento econômico.² O Fundo Hassan II para o desenvolvimento econômico e social, os fundos especiais do tesouro, as empresas e instituições locais coletivas e públicas, ajudam a amenizar essa insuficiência de investimento.

Os gastos com Educação nacional e com ensino superior encontram-se relativamente estagnados, enquanto aumentam rapidamente as necessidades dessa área. Mais grave, ainda, é que os gastos com Saúde sofrem um declínio contínuo que afeta negativamente a situação de saúde da população marroquina.

1 Região da Grande Casablanca, Diretoria de Planejamento Territorial, Ministério de Planejamento Territorial, 1999.

2 Os gastos com investimentos tiveram uma variação de -8,16%.

Paradoxalmente, os gastos destinados à segurança, ou seja, ao Ministério do Interior, aumentaram substancialmente: de 7% do orçamento nacional em 2001 para 8% em 2002. Em 2002, o orçamento desse Ministério representou o dobro do orçamento do Ministério de Ensino Superior (4% do orçamento nacional) e quase o dobro do orçamento do Ministério da Saúde (5% do orçamento nacional).

As seguintes medidas de reestruturação dos gastos públicos são sugeridas:

- reduzir as defasagens entre altos e baixos salários;
- evitar ou proibir a acumulação de funções;
- limitar os gastos improdutivos: a aquisição de veículos de luxo, construção de edifícios enormes para a administração pública;
- reforçar os controles dos negócios públicos;
- reduzir os gastos com segurança e defesa;
- diminuir os gastos destinados a festividades e recepções oficiais;
- orientar os investimentos públicos para a infra-estrutura básica (eletricidade, água potável, ensino, saúde, habitação e estradas).

Para 2002, as receitas totais previstas atingem US\$ 11,73 bilhões, uma queda de 3,02% em relação a 2001, causada principalmente pela diminuição das receitas das privatizações. Essas receitas provêm principalmente dos impostos e tarifas aduaneiras, alcançando US\$ 6,87 bilhões – 58% do total das receitas.

As receitas aduaneiras têm sido afetadas negativamente pela reorganização do setor, resultado do acordo de associação com a União Européia, que entrou em vigor em março de 2000. Além disso, também foram afetadas pelo contrabando, tolerado pelo governo, entre Marrocos e os enclaves ocupados pela Espanha. Este contrabando gera uma grande perda de capital anual, embora seja difícil avaliar o montante por causa das fraudes, e da corrupção.

As privatizações – em muitos casos um tipo de venda de liquidação – são realizadas com objetivos de curto prazo, pois se tratam essencialmente de equilibrar as finanças públicas. Em nenhum momento, procura-se melhorar a gestão de alguns setores econômicos ao submetê-los às regras, mecanismos e leis do mercado.

O tecido econômico do Marrocos está composto principalmente de empresas familiares, com gestão pouco racional e que constituem um terreno pouco fértil para o desenvolvimento da poupança. A abertura para o exterior expõe as empresas marroquinas – acostumadas a um sistema de proteção e a tratamento privilegiado, especialmente em matéria fiscal – a riscos reais e múltiplos.

É evidente que a poupança está vinculada ao grau de confiança nas instituições estatais. Existe uma clara desconfiança do governo, sobretudo por parte de seus altos funcionários/as, o que resulta em uma fuga enorme de capitais para bancos estrangeiros. Esta falta de confiança, agravada pela corrupção e pela complicação dos trâmites administrativos, provoca fuga dos capitais estrangeiros.

País deficitário

De acordo com o relatório econômico-financeiro o ano 2000 foi caracterizado por um aumento de 35,2% no déficit comercial, em relação a 1999. As receitas de exportações cobriram 64,5% das despesas com importações no ano 2000, comparadas com 69,5% em 1999. As transações comerciais com o exterior registraram, em 2000, um aumento de 11,8%, comparadas com 7,3% em 1999.

Entretanto, devemos assinalar que o poder aquisitivo é em geral muito baixo e isso tem grande incidência no mercado. Também é necessário levar em conta as regiões sem infra-estrutura – sem estradas, pontes ou eletricidade –, fato que explica a pouca penetração do capital comercial em numerosas regiões que permanecem isoladas.

Os gastos com o serviço da dívida pública constituem mais de 32% do total das despesas do orçamento geral. O relatório econômico e social indica que a dívida externa pendente foi reduzida em US\$ 568,7 milhões, baixando 3,7% entre 1999 e 2000. A relação entre a dívida externa total e o PIB passou de 51,3% em 1999 para 48,2% em 2000.

A qualificação do endividamento do Marrocos e sua perspectiva, de acordo com a agência de avaliação financeira Standard and Poor's, caiu de "estável" para "negativa". No entanto, foram mantidas as classificações sobre a dívida do país, sobretudo a classificação da dívida local (BBB/A3)³ e em moeda estrangeira (BB/B).

Essa deterioração da perspectiva reflete a fragilidade da situação orçamentária do país e as pressões, tanto sobre os preços quanto sobre a estabilidade das taxas de câmbio, causadas pelo alto déficit orçamentário. Este atingiu 9% do PIB em 2001 e teria que baixar a 6% em 2002, embora a agência Standard and Poor's considere que o objetivo pode não ser alcançado, se o crescimento diminuir de ritmo.

Segundo a agência, o peso da dívida se manteve estável – 78% do PIB em 2001. Isto porque o aumento dos déficits foi compensado pelas receitas das privatizações. Entretanto, a oportunidade para privatizações está acabando, e os próximos orçamentos serão difíceis.

De acordo com um relatório de novembro de 2001 da agência, para poder manter sua classificação, o governo deve reduzir o déficit orçamentário, continuar com seu programa de reformas e melhorar as perspectivas de crescimento.

3 Um assegurado classificado como BBB tem uma capacidade "adequada" para cumprir seus compromissos financeiros. No entanto, é mais provável que condições econômicas adversas ou mudanças de circunstâncias debilitem a capacidade de o assegurado cumprir suas obrigações financeiras. Um assegurado qualificado como BB é "menos vulnerável" no curto prazo do que outros assegurados, com classificação inferior. No entanto, enfrenta incertezas substanciais e está exposto a condições adversas de negócios, financeiras e econômicas, que poderiam resultar em uma capacidade inadequada de o assegurado cumprir seus compromissos financeiros. Fonte: Standard and Poor's Rating Definitions (www.standardandpoors.com).

A principal medida adotada com relação à dívida foi a sua conversão em investimento. O problema da dívida está intimamente relacionado ao descontrole e ao desvio de recursos, que caracterizam a gestão das companhias estatais e semi-estatais. Em lugar de serem investidos na Economia, os empréstimos eram desviados, tornando-se fonte de riqueza para uma classe social parasita, carente de qualquer senso empresarial ou de inovação, interessada somente no consumo.

Os investimentos privados no Marrocos caracterizam-se por falta de confiança, derivada da instabilidade sociopolítica e da precariedade das instituições. Em grande medida, isso explica a escassez de investimentos estrangeiros. Além disso, os trâmites administrativos são muito complexos, há pouca transparência e outros obstáculos – sobretudo corrupção. Fraude e evasão fiscais também são substanciais.

A situação atual é marcada pela falta de compromisso do governo, aplicação de políticas neoliberais, corrupção sistêmica, negação dos direitos de cidadania das mulheres, má gestão dos fundos públicos, impunidade em matéria de violações dos direitos humanos, políticos, econômicos e sociais. Uma consequência de decisões políticas limitadas e vinculadas à manutenção dos equilíbrios macroeconômicos.

Mais do que nunca, o cenário leva os atores políticos, econômicos e sociais a buscar opções alternativas e a reconsiderar sua estratégia de desenvolvimento para promover a equidade e a justiça social. Diante disso, também é crucial entender em profundidade qual o papel das ONGs marroquinas no desenvolvimento democrático deste período, caracterizado por uma globalização questionável. ■

Referências bibliográficas

- Bulletin Economique et Social du Maroc, Rapport Social 2001, publicações do IURS, Rabat.
- Rapport économique et financier du projet de loi de finance 2002, publicação do Ministério de Economia e Finanças.
- Projet de loi de finances n. 44 – 01, para o ano orçamentário de 2002.
- Note de présentation du projet de loi de finances n. 44 – 01.
- Rapport mondial sur le développement humain 2001, Pnud.

Espace Associatif (Espaço Associativo)
<espasso@iam.net.ma>